

**TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO
PROCESSO Nº 31.00404372/2025-28**

Termo de Mútua Cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por meio da Secretaria Municipal Saúde - SMSA, e a PBH ATIVOS S.A. para o assessoramento na gestão do Contrato de Concessão Administrativa de prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — SMSA**, doravante **SMSA**, com sede na Avenida Afonso Pena, n.º 2.336, bairro Savassi, CEP 30.130-012, neste ato representado por seu Secretário **Danilo Borges Matias**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **PBH ATIVOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30160-031, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. **Leonardo Colombini**, e pelo Diretor de Negócios, Sr. **Gilberto Silva Ramos**, doravante denominada **PBH ATIVOS**, em conjunto denominados também por **PARTÍCIPES**, considerando que:

- o Município de Belo Horizonte, representado pela **SMSA**, celebrou, em 18 de fevereiro de 2016, com a SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S.A. o Contrato de Concessão Administrativa (Processo Administrativo nº 04.001226.11.05) para a construção e prestação de SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS a Centros de Saúde (**CS**) e Centro de Material Esterilizado e LABORATÓRIO (**CME/LABORATÓRIO**) denominados **UNIDADES DE SAÚDE**, integrantes da rede de Atenção Primária à Saúde (**APS**) do Município de Belo Horizonte ("**CONTRATO**");
- o **CONTRATO** tem vigência de 20 (vinte) anos, contados nos termos de sua cláusula 5.1¹, devendo-se considerar ainda que o 1º Termo Aditivo ao **CONTRATO**, de 29 de março

¹ 5.1. A outorga da **CONCESSÃO** e a vigência deste **CONTRATO** terão o prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da **DATA DE EFICÁCIA**.

5.1.1. Considera-se **DATA DE EFICÁCIA** a data em que se der o atendimento cumulativo dos seguintes eventos: assinatura deste **CONTRATO**; e

de 2019, tratou sobre a constituição de garantia relativa ao CS Cabana como condição para ser dada Eficácia Parcial ao **CONTRATO**, termo a ser considerado para o início da contagem do prazo de vigência do **CONTRATO**²;

- a constituição da garantia pública referente ao CS Cabana foi realizada por meio do Contrato de Penhor, também de 29 de março de 2019, que promoveu o empenho de direitos sobre o fluxo COPASA e de recursos em contas vinculadas em garantia pública ao **CONTRATO**;
- a Lei Municipal n.º 10.003, de 25 de novembro de 2010 e o Estatuto Social da **PBH ATIVOS** preveem como seu objetivo social auxiliar o Município de Belo Horizonte na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, atuando exclusivamente para complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a **PBH ATIVOS** tem também como objeto social, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010, auxiliar o Município de Belo Horizonte em projetos de concessão e parceria público-privada;
- desde 2019, a **PBH ATIVOS** tem formalmente apoiado a **SMSA** na gestão do Contrato de Parceria Público-Privada da APS;
- o **CONTRATO** prevê, nos termos da cláusula 17.7.1³, a realização de processos de revisões quadrienais, prazo a ser contado a partir do início da execução dos serviços pela concessionária, iniciados no Centro de Saúde Cabana em 21 de janeiro de 2020;

-
- (i) comprovação pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** de constituição das garantias públicas em seu favor, nos termos da subcláusula 20.1 deste **CONTRATO**, mediante a assinatura do contrato de penhor, conforme instrumento constante do Anexo XI,
- (ii) obtenção e comprovação pela **CONCESSIONÁRIA** de financiamento de longo prazo para a **CONCESSÃO**.

² 3.3 A celebração deste 1º ADITIVO não implica em alteração do prazo de vigência do **CONTRATO**, sendo certo que o prazo de 20 (vinte) anos estabelecido na Cláusula 5.1 será calculada a partir da data de EFICÁCIA PARCIAL DO **CONTRATO**.

[...]

4.2. A data de assinatura do **CONTRATO DE PENHOR DO CRÉDITO COPASA** marcará a DATA DE EFICÁCIA PARCIAL do **CONTRATO**.

³ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, as **PARTES** realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da **CONCESSÃO**.

- o Comitê Temático preparatório para o primeiro processo de revisão quadrienal do **CONTRATO** foi autorizado por meio da Deliberação nº 001/2023 do Comitê de Coordenação da PPP da APS, de 27 de outubro de 2023, e teve sua reunião inaugural realizada em 11 de janeiro de 2024 com o objetivo de realizar o levantamento documental prévio para o processo;
- conforme a Resolução CGP nº 009/2024, de 02 de agosto de 2024, houve a prorrogação do prazo para realização do primeiro processo de revisão quadrienal do **CONTRATO**, sendo autorizado o seu início para até 21 de julho de 2025;
- por fim, o interesse comum dos **PARTÍCIPIES**, conforme competências legais, em assessorar a gestão do **CONTRATO**;

Os **PARTÍCIPIES** resolvem celebrar o presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, nos termos das cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto celebrar a continuidade da mútua cooperação técnica entre os **PARTÍCIPIES** para o assessoramento na gestão do Contrato de Concessão Administrativa, que encontra-se sob a gestão da **SMSA** e que tem como objeto a Concessão Administrativa de prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades (**CONTRATO**).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao **CONTRATO** necessários ao assessoramento prestado pela **PBH ATIVOS** são de responsabilidade da **SMSA**, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

2.2. A **PBH ATIVOS** poderá consolidar as informações prestadas pela **SMSA**, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades

integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

2.3. A contratação de terceiros pela **PBH ATIVOS** para subsidiar a execução do presente convênio deve ser previamente autorizada pela **SMSA**.

2.4. O produto decorrente do assessoramento prestado pela **PBH ATIVOS** não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto n.º 15.534/2014, no art. 3º do Decreto n.º 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010.

2.5. A **SMSA**, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão do **CONTRATO**, inclusive pela validação dos produtos oriundos do presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO** e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega.

2.6. A troca de documentos e informações entre os **PARTÍCIPES** e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, compete à **SMSA**:

- 3.1.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- 3.1.2. Acompanhar e gerir a execução do **CONTRATO**, bem como do Contrato firmado com o Verificador Independente;
- 3.1.3. Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do **CONTRATO**;
- 3.1.4. Manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da **PBH ATIVOS** todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao **CONTRATO**;

- 3.1.5. Comunicar à **PBH ATIVOS** a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o acompanhamento da adequada gestão do **CONTRATO**;
- 3.1.6. Demandar a **PBH ATIVOS** para o assessoramento necessário à adequada gestão do **CONTRATO**;
- 3.1.7. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da **PBH ATIVOS** para alinhamento dos diversos aspectos da gestão do **CONTRATO**, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- 3.1.8. Acionar a Procuradoria Geral do Município – PGM ou o setor jurídico próprio para manifestação jurídica sempre que oportuno e/ou necessário;
- 3.1.9. Reembolsar à **PBH ATIVOS** todos os custos relacionados à contratação de terceiros que venha a ser realizada para subsidiar a execução do presente termo, inclusive os tributos incidentes.

3.2. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, compete à **PBH ATIVOS**:

- 3.2.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- 3.2.2. Prestar assessoramento técnico de natureza operacional para fins da adequada gestão do **CONTRATO** pela **SMSA**;
- 3.2.3. Prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica, quando demandada, para fins da adequada gestão do **CONTRATO** pela **SMSA**, compreendendo, mas não se limitando, a:
 - I - apoiar a análise jurídica do **CONTRATO** e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação, ressalvada a competência legal da Procuradoria-Geral do Município ou do setor jurídico próprio do partícipe;
 - II - auxiliar no esclarecimento de dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e da Concessionária, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas;
 - III - apoiar a análise de critérios, procedimentos e valores referentes às receitas acessórias dos serviços concedidos;

IV - auxiliar a **SMSA** no acompanhamento e execução do cumprimento das obrigações contratuais relativas às condições físicas, operacionais e financeiras da Concessionária durante todo o período da Concessão, incluindo a coordenação do recebimento dos serviços concedidos;

V - apoiar na celebração de termos aditivos decorrentes das necessidades de alterações no **CONTRATO**, inclusive os decorrentes de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiros.

VI - prestar apoio a **SMSA** na resolução de eventuais conflitos durante a gestão contratual, por meio tanto de métodos alternativos, como de negociações e arbitragem, quanto de medidas judiciais, incluindo ações e acordos;

VII - apoiar a **SMSA** nas revisões estabelecidas pelo **CONTRATO**.

3.2.4. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da **SMSA** para alinhamento dos diversos aspectos do **CONTRATO**, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;

3.2.5. Participar dos Comitês previstos no **CONTRATO**, apoiando a **SMSA**, observadas suas competências;

3.2.6. Comunicar à **SMSA** a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado assessoramento à gestão do **CONTRATO**;

3.2.7. Elaborar relatório com a consolidação das despesas incorridas para o desenvolvimento das atividades de assessoramento à gestão do **CONTRATO**, o qual será utilizado para fins de definição do ressarcimento à **PBH ATIVOS** pela **SMSA**.

3.3. A troca de documentos e informações entre os **PARTÍCIPIES** e terceiros, inclusive com a concessionária, deverá respeitar o princípio da transparência e publicidade, resguardadas as hipóteses legais de sigilo.

3.4. Para cada uma das demandas verificadas pelo item 3.2.3, a **SMSA** deverá acionar a **PBH ATIVOS**, por meio de Ofício.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO não implica em repasse de recursos a título de remuneração pela **SMSA** à **PBH ATIVOS**, no limite das responsabilidades atribuídas à **PBH ATIVOS** na Cláusula Terceira deste Termo.

4.2. A **SMSA** deverá ressarcir a **PBH ATIVOS** nos termos dos Anexos I e II, partes integrantes deste **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**.

4.3. Cabe a **PBH ATIVOS** encaminhar Relatório Final de Execução de cada uma das atividades para as quais a **PBH ATIVOS** for acionada.

4.4. Após o recebimento do Relatório Final de Execução a **SMSA** deverá se manifestar sobre o aceite em até 30 (trinta) dias, sendo considerado o silêncio após este prazo como aceite tácito.

4.5. Após o aceite caberá à **PBH ATIVOS** emitir o devido documento de cobrança.

4.5.1. O pedido de ressarcimento pelas atividades adicionais acrescentadas pode ser apresentado de forma independente do pedido de ressarcimento devido pelas horas de trabalho desempenhadas no âmbito das atividades de assessoramento.

4.5.2. Referido documento de cobrança terá prazo de vencimento de 30 (trinta) dias contados da data de emissão.

4.6. O valor estimado do ressarcimento para as atividades de assessoramento ao **CONTRATO** prestadas pela **PBH ATIVOS** à **SMSA** é de R\$ 659.570,08 (seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta reais e oito centavos) anuais e R\$ 3.297.850,39 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos) pelo período de 60 (sessenta) meses e contempla as despesas diretas e indiretas incorridas pela **PBH ATIVOS**

4.6.1. O valor acima foi mensurado considerando a estimativa de horas a serem utilizadas pela equipe designada para desenvolver as atividades de

assessoramento à **SMSA** na gestão do **CONTRATO** durante a vigência do presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**.

- 4.6.2. O valor estimado é apenas uma referência, razão pela qual poderá ser alterado em parte ou na totalidade, o que deverá ser justificado conforme Relatório de Despesa a ser apresentado pela **PBH ATIVOS** e validado pela **SMSA**.
- 4.6.3. Se durante a vigência do **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO** os **PARTÍCIPIES** verificarem que as horas estimadas não serão suficientes para atender às demandas, poderão celebrar um termo aditivo ao presente Termo, estimando novas horas de trabalho e novo valor estimado de ressarcimento.
- 4.6.4. Eventuais atividades necessárias à consecução do objeto do presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, que não estejam expressamente previstas neste instrumento como atribuição da **PBH ATIVOS**, serão previamente acordadas entre os **PARTÍCIPIES** e poderão implicar ressarcimento.
- 4.6.5. Eventuais valores que vierem a ser despendidos pela **PBH ATIVOS** em razão de serviços adicionais não previstos neste Termo, mas necessários para a execução de determinadas atividades voltadas à consecução do objeto deste instrumento jurídico, serão contratados pela **PBH ATIVOS**, após prévia e expressa anuência da **SMSA**. Os custos desses serviços contratados pela **PBH ATIVOS** deverão ser integralmente reembolsados pela **SMSA**.
- 4.7. O ressarcimento à **PBH ATIVOS** das horas efetivamente utilizadas pela equipe designada para desenvolver as atividades de assessoramento serão calculados conforme metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da **PBH ATIVOS** ou outra que vier a substituí-la, sendo devido a atualização anual, a cada julho, da hora de assessoramento.
 - 4.7.1. Na eventualidade da metodologia de cálculo ser alterada, os **PARTÍCIPIES** poderão celebrar termo aditivo ao presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**.
- 4.8. Os serviços prestados pela **PBH ATIVOS** no âmbito deste termo serão remunerados mediante a emissão de nota fiscal, sobre a qual incidirão os tributos pertinentes.

4.9. O reembolso dos pagamentos realizados pela **PBH ATIVOS** a terceiros contratados para a execução do objeto pactuado, no âmbito de execução deste termo, poderá ser efetuado mediante a emissão de nota de débito, desde que:

- a) a despesa seja comprovada por documentos hábeis;
- b) a respectiva nota fiscal do fornecedor não tenha sido previamente escriturada como despesa operacional pela **PBH Ativos**; e
- c) seja assegurada a correta classificação contábil dos valores como despesas reembolsáveis, registrados no ativo circulante para posterior compensação.

4.10. A despesa decorrente deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO será acobertada pela seguinte dotação orçamentária:

2302 3401 10 122 117 2662 0013 339035 04 1500000 1002

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO ENCERRAMENTO

6.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO poderá ser encerrado em razão:

- I. do término do prazo de vigência;
- II. de acordo entre os **PARTÍCIPIES**;
- III. de denúncia unilateral de qualquer dos **PARTÍCIPIES**, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.

6.2. Na ocorrência das hipóteses do item 6.1, os **PARTÍCIPIES** definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS
E/OU BASE DE DADOS**

7.1. O Conveniado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

7.1.1. O Conveniado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

7.1.2. O Conveniado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

7.1.3. O Conveniado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

7.1.4. O Conveniado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

7.1.4.1. O Conveniado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

7.1.5. O Conveniado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste

instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

7.1.5.1. Ao Conveniado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

7.1.5.1.1. O Conveniado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

7.1.6. O Conveniado deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

7.1.6.1. A notificação não eximirá o Conveniado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

7.1.6.2. O Conveniado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

7.1.7. O Conveniado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

7.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Conveniado e a Conveniente, bem como, entre o Conveniado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

7.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Conveniado a processo administrativo para apuração de

responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA OITAVA- DA PUBLICAÇÃO

8.1. É de responsabilidade da **SMSA** proceder à publicação do extrato do presente instrumento celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Aplica-se ao **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, especialmente o art. 184 do referido diploma legal bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.

9.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os **PARTÍCIPIES**.

9.3. As partes e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10, §2º da Medida Provisória n. 2200-2/2001 e no art. 6º do Decreto n. 10.278/2020, bem como nos Decretos Municipais n. 17.710/2021 e n. 17.711/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ANEXOS

10.1. Constituem anexos ao presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, integrando-o para todos os efeitos de direito:

Anexo I: Plano de Trabalho;

Anexo II: Cronograma Referencial de Execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Os **PARTÍCIPES** elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavra-se o presente **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO**, que será assinado pelos **PARTÍCIPES** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, data da última assinatura eletrônica

Danilo Borges Matias
Secretário Municipal de Saúde

Leonardo Colombini
Diretor-Presidente
PBH Ativos S.A.

Gilberto Silva Ramos
Diretor de Negócios
PBH Ativos S.A.

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO** tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para o assessoramento na gestão do Contrato de Concessão Administrativa, que encontra-se sob a gestão da **SMSA** e que tem como objeto a Concessão Administrativa de prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde (**APS**), precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades (**CONTRATO**).

II – METAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica a entrega dos seguintes produtos e serviços:

- I. Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão do **CONTRATO**, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico- financeiro porventura apresentados e a elaboração de termos aditivos;
- II. Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão do **CONTRATO**, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro porventura apresentados e a elaboração de estudos técnicos necessários para a elaboração de possíveis termos aditivos;
- III. Assessoramento técnico de natureza operacional para fins da adequada gestão do **CONTRATO**;
- IV. Assessoramento técnico de natureza operacional, jurídica e econômico-financeira à realização das próximas revisões do **CONTRATO**.

III - ETAPAS DE EXECUÇÃO

O projeto será desenvolvido em 5 etapas independentes entre si e podem, inclusive, serem executadas concomitantemente, conforme descrição a seguir:

Etapas 1: Assessoramento técnico de natureza operacional ao **CONTRATO**

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
1	Suporte operacional ao CONTRATO	Acompanhamento operacional da gestão do CONTRATO para fins de sua adequada execução.	Durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO .

Etapas 2: Assessoramento técnico de natureza jurídica ao **CONTRATO**

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
2	Análise jurídica do CONTRATO	Análise jurídica do CONTRATO e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada interpretação e aplicação, limitada ao âmbito do CONTRATO e dos termos aditivos já celebrados até a assinatura do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO , assim como os que ainda virão a ser celebrados durante a sua vigência.	Conforme a demanda e cronograma específico acordado entre os PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO .

Etapas 3: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira ao **CONTRATO**

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
3	Análise econômico-	Análise econômico -financeira dos valores do CONTRATO para fins de dirimir dúvidas	Conforme a demanda e cronograma específico acordado entre os

	financeira do CONTRATO	acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e da Concessionária, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acertos de contas, limitada ao âmbito do CONTRATO e dos termos aditivos já celebrados até a assinatura do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO , assim como os que ainda virão a ser celebrados durante a sua vigência.	PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO .
--	----------------------------------	--	---

Etapas 4: Assessoramento técnico de natureza jurídica e econômico-financeira à primeira revisão quadrienal da PPP da APS

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
4.1	Suporte operacional	Prestar suporte às demandas decorrentes desse contexto.	Prazo contratual ⁴ (prazo de início previsto para 21 de julho de 2025), considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao

⁴ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

			processo de revisão realizado.
4.2	Análise jurídica	<p>Análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais, limitada ao âmbito da PPP da APS, tendo como objetivo a análise e verificação dos aspectos listados na Cláusula 17.7.6⁵ do Contrato de Concessão da APS. Análise jurídica, relacionada aos fatos abarcados pelo processo de revisão, pertinente às receitas pagas pelo Poder Concedente, às receitas acessórias obtidas pela concessionária, aos custos e despesas realizados na concessão, entre outros, para verificação do fluxo de caixa referente ao Contrato.</p> <p>Acompanhamento de reuniões realizadas no âmbito do processo de revisão e apoio jurídico a demandas geradas nesse contexto.</p>	<p>Prazo contratual⁶ (prazo de início previsto para 21 de julho de 2025), considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao processo de revisão realizado.</p>

⁵ 17.7.6. O processo de revisão quadrienal terá como objetivo:

17.7.6.1. analisar criticamente e eventualmente alterar o sistema de mensuração de desempenho;

17.7.6.2. revisar as especificações mínimas dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS previstas no Anexo X do CONTRATO, em especial para incorporar avanços tecnológicos e para aprimoramento da prestação dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS;

17.7.6.3. analisar criticamente e eventualmente alterar as diretrizes de governança imputáveis ao COMITÊ DE COORDENAÇÃO;

17.7.6.4. rever a divisão de riscos estabelecida neste CONTRATO, alterá-la ou estabelecer novas medidas de mitigação de riscos, caso essa medida seja imprescindível para a perfeita execução do objeto do CONTRATO; e

17.7.6.5. analisar o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO e proceder ao seu reequilíbrio, observada a divisão de riscos prevista neste CONTRATO, caso tal equilíbrio tenha sido afetado e ainda não recomposto pelas revisões ordinárias e extraordinárias previstas no CONTRATO.

⁶ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

		Devem ser resguardadas as atribuições da PGM.	
4.3	Análise econômico-financeira	Análise econômico-financeira dos valores do contrato, limitada ao âmbito da PPP da APS, tendo como objetivo a análise e verificação dos aspectos listados na Cláusula 17.7.6.5 do Contrato de Concessão da APS. Análise econômico-financeira, relacionada aos fatos abarcados pelo processo de revisão, pertinente às receitas pagas pelo Poder Concedente, às receitas acessórias obtidas pela concessionária, aos custos e despesas realizados na concessão, entre outros, para verificação do fluxo de caixa referente ao Contrato. Acompanhamento de reuniões realizadas no âmbito do processo de revisão e apoio técnico de natureza econômico-financeira às demandas geradas nesse contexto.	Prazo contratual ⁷ (prazo de início previsto para 21 de julho de 2025), considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao processo de revisão realizado.

⁷ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

Etapas 5: Assessoramento técnico de natureza jurídica e econômico-financeira à segunda revisão quadrienal da PPP da APS

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
5.1	Suporte operacional	Prestar suporte às demandas decorrentes desse contexto.	Prazo contratual, ⁸ considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao processo de revisão realizado.
5.2	Análise jurídica	Análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais, limitada ao âmbito da PPP da APS, tendo como objetivo a análise e verificação dos aspectos listados na Cláusula 17.7.6 ⁹ do Contrato de Concessão da APS.	Prazo contratual, ¹⁰ considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao

⁸ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

⁹ 17.7.6. O processo de revisão quadrienal terá como objetivo:

17.7.6.1. analisar criticamente e eventualmente alterar o sistema de mensuração de desempenho;

17.7.6.2. revisar as especificações mínimas dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS previstas no Anexo X do CONTRATO, em especial para incorporar avanços tecnológicos e para aprimoramento da prestação dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS;

17.7.6.3. analisar criticamente e eventualmente alterar as diretrizes de governança imputáveis ao COMITÊ DE COORDENAÇÃO;

17.7.6.4. rever a divisão de riscos estabelecida neste CONTRATO, alterá-la ou estabelecer novas medidas de mitigação de riscos, caso essa medida seja imprescindível para a perfeita execução do objeto do CONTRATO; e

17.7.6.5. analisar o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO e proceder ao seu reequilíbrio, observada a divisão de riscos prevista neste CONTRATO, caso tal equilíbrio tenha sido afetado e ainda não recomposto pelas revisões ordinárias e extraordinárias previstas no CONTRATO.

¹⁰ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

		<p>Análise jurídica, relacionada aos fatos abarcados pelo processo de revisão, pertinente às receitas pagas pelo Poder Concedente, às receitas acessórias obtidas pela concessionária, aos custos e despesas realizados na concessão, entre outros, para verificação do fluxo de caixa referente ao Contrato.</p> <p>Acompanhamento de reuniões realizadas no âmbito do processo de revisão e apoio jurídico a demandas geradas nesse contexto.</p> <p>Devem ser resguardadas as atribuições da PGM.</p>	processo de revisão realizado.
5.3	Análise econômico-financeira	<p>Análise econômico-financeira dos valores do contrato, limitada ao âmbito da PPP da APS, tendo como objetivo a análise e verificação dos aspectos listados na Cláusula 17.7.6.5 do Contrato de Concessão da APS. Análise econômico-financeira, relacionada aos fatos abarcados pelo processo de revisão, pertinente às receitas pagas pelo Poder Concedente, às receitas acessórias obtidas pela concessionária, aos custos e despesas realizados na concessão, entre outros, para</p>	<p>Prazo contratual,¹¹ considerando também os trabalhos preparatórios e eventuais prorrogações, até o encerramento definitivo de todos os trabalhos relativos ao processo de revisão realizado.</p>

¹¹ 17.7.1. Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO.

17.7.2. O processo de revisão será instaurado pelo PODER CONCEDENTE de ofício ou a pedido da CONCESSIONÁRIA.

17.7.3. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das PARTES se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

		verificação do fluxo de caixa referente ao Contrato. Acompanhamento de reuniões realizadas no âmbito do processo de revisão e apoio técnico de natureza econômico-financeira às demandas geradas nesse contexto.	
--	--	---	--

IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O assessoramento técnico a ser prestado pela **PBH ATIVOS** nos termos do item 3.2 do **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO** ensejará a necessidade de ressarcimento por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, excluídas as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, à medida em que demandar à **PBH ATIVOS** e esta, após entrega do produto, apresentar os documentos comprobatórios da realização dos referidos custos.

V - PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS

O **TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO** vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2025.

Secretário Municipal de Saúde

Diretor-Presidente
PBH Ativos S.A.

Diretor de Negócios
PBH Ativos S.A.

ANEXO II - CRONOGRAMA REFERENCIAL DE EXECUÇÃO

Etapa	Definição	Cronograma				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
1	Suporte operacional ao CONTRATO	X	X	X	X	X
2	Análise jurídica do CONTRATO	X	X	X	X	X
3	Análise econômico-financeira do CONTRATO	X	X	X	X	X
1, 2 e 3	Apoio à gestão do CONTRATO	X	X	X	X	X
4.1	Primeiro Processo de Revisão - Suporte Operacional	X				
4.2	Primeiro Processo de Revisão - Análise jurídica	X				
4.3	Primeiro Processo de Revisão - Análise econômico-financeira	X				
5.1	Segundo Processo de Revisão - Suporte Operacional					X
5.2	Segundo Processo de Revisão - Análise jurídica					X
5.3	Segundo Processo de Revisão - Análise econômico-financeira					X

ORÇAMENTO ESTIMADO REFERENCIAL

CARGO	Nº HORAS	VALOR HORA	TOTAL
Coordenador de Apoio à Gestão e Regulamentação	316	567,63	R\$ 179.371,08
Analista Administrativo Financeiro	425	473,33	R\$ 201.165,25
Gerente Apoio e Regulação	1940	536,65	R\$ 1.041.101,00
Gerente de Projetos	665	536,65	R\$ 356.872,25
Coordenador de Projetos	78	567,63	R\$ 44.275,14
Coordenador Jurídico	193	581,50	R\$ 112.229,50
Analista Jurídico	978	473,33	R\$ 462.916,74
Assessor Jurídico	1105	548,21	R\$ 605.772,05
Técnico Administrativo	68	429,13	R\$ 29.180,84
Gerente Administrativo I ou II	47	536,65	R\$ 25.222,55
Diretor de Negócios Cedido	55	679,73	R\$ 37.385,15
Assessor Especial de Projetos	397	509,72	R\$ 202.358,84
<i>*Tabela vigente 01/07/24 a 30/06/25</i>	6267	-	R\$ 3.297.850,39